

Via Araucária
Concessionária de
Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

RELEASE DE RESULTADOS 2024



Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A

Curitiba, 28 de fevereiro de 2025 – A Administração da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Via Araucária”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2024.

As informações contábeis aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

O primeiro ano

O ano de 2024, foi o primeiro ano da operação da concessão e foi marcado por desafios, aprendizados e grandes conquistas. Desde o início, a Via Araucária esteve comprometida em atender as entregas do trabalho inicial visando uma infraestrutura rodoviária de excelência, garantindo segurança, conforto e eficiência para os milhares de motoristas que utilizam as vias diariamente.

Ao longo desses 10 meses, intensificou-se os trabalhos para modernizar a operação, implementar tecnologias e reforçar o compromisso com a sustentabilidade. Entre as principais realizações operacionais, a Companhia destaca:

Melhorias na Infraestrutura: Investimento na recuperação e manutenção da malha rodoviária, com a revitalização de pavimentos, sinalização e sistemas de drenagem, proporcionando maior segurança e fluidez no tráfego.

Atendimento ao usuário: Implementado canais de atendimento, serviços de guinchos, ambulâncias e inspeção de tráfego.

Inovação e Tecnologia: Incorporados sistemas inteligentes de monitoramento e controle de tráfego, além de ferramentas para pagamento eletrônico, agilizando o fluxo nas praças de pedágio e melhorando a experiência dos usuários.

Sustentabilidade: Iniciativa sustentável com pavimento 100% reciclado que reduz a emissão de gases poluentes, com a implementação de uma tecnologia inovadora para nivelar os acostamentos com pavimento. A adoção dessa técnica alia a segurança viária à sustentabilidade, minimizando significativamente os impactos ambientais das obras.

A Companhia desempenhou um papel essencial não apenas em melhorias das rodovias, mas também no apoio às comunidades locais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico das regiões em que atua, impulsionando a economia local com a geração de mais de 800 empregos e com o repasse de R\$ 22,2 milhões em Imposto Sobre Serviço - ISS para os municípios ao longo da rodovia.

Essas conquistas refletem o esforço da Companhia e consolida um ano de crescimento e fortalecimento junto aos usuários.

Com o olhar voltado para o futuro, a Via Araucária segue determinada em atender os compromissos de investimentos previstos que incluem 344 quilômetros de duplicações, 215 quilômetros de faixas adicionais, 32 quilômetros de vias marginais, 27 quilômetros de ciclovia, 63 interseções, 20 correções de traçado, 12 passarelas, 92 melhorias de acesso, 3 quilômetros de barreira antirruído, 14 passagens de fauna e 31 caixa de produtos perigosos. E contribuir para o desenvolvimento das regiões por onde nossa rodovia passa. Este é apenas o começo de uma jornada que promete ser longa e promissora.

SOBRE A COMPANHIA

A Via Araucária tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação

de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, do Lote 01 nos termos do Edital nº 01/2023, concedido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O contrato de concessão prevê o prazo de 30 anos, detendo até 2054, a concessão das rodovias federais BR-277/373/376/476 e estaduais PR-418/423/427 do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, abrangendo 473 quilômetros de rodovias. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a rota entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, entre outros segmentos viários.

As vias da Via Araucária atravessam 18 municípios das regiões Centro-Sul, Metropolitana e Campos Gerais e fazem parte da conexão entre o Porto de Paranaguá – maior porto exportador de produtos agrícolas do Brasil – a Região Metropolitana de Curitiba e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.

As praças de pedágio estão localizadas em São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).



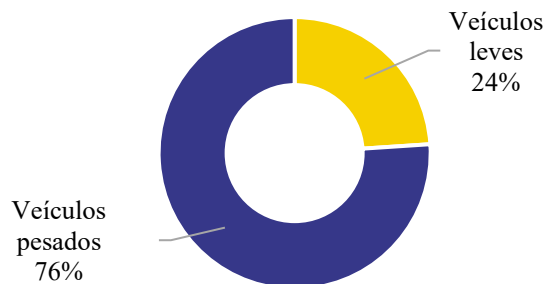
DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

A Companhia teve a autorização para início da cobrança de pedágio a partir de 23 de março de 2024, neste período de 9 meses e 9 dias de 2024, o volume de tráfego pedagiado atingiu 46,9 milhões de veículos equivalentes.

Desempenho	2024
Veículos equivalentes (mil)	46.874

No período analisado o fluxo de veículos aplicado pelo fator de equivalência, apresentou um volume maior de 68,5% de veículos pesados quando comparado ao volume de veículos leves.



TARIFA MÉDIA E TARIFA BÁSICA

Desempenho	2024
Tarifa média (R\$)	9,30

A tarifa média registrada ao final de 2024, foi de R\$ 9,30.

A Tarifa Básica de Pedágio foi aprovada com reajuste de 15,75%, correspondente à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período entre a data-base da tarifa ofertada no leilão (outubro de 2021) e o mês de início da cobrança de pedágio (março 2024), com vista à recomposição tarifária. Em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, foi reajustada de R\$ 0,10673, ofertada no leilão, para R\$ 0,08725.

O contrato de concessão prevê ainda dois descontos tarifários por utilização de Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI), o Desconto Básico de Tarifa (DBT) e o Desconto de Usuário Freqüente (DUF).

DBT – desconto de 5% sobre a tarifa de pedágio, aplicável a todas as categorias de veículos.

DUF – de acordo com a quantidade de passagens realizadas em uma mesma praça de pedágio, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário, aplicável as categorias de veículos 1, 3 e 5.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2024	2023
Receitas de pedágio	443.809	-
Receitas de construção	386.069	28.837
Receita Bruta	829.878	28.837
(-) Receitas de construção	(386.069)	(28.837)
Receita Bruta Ajustada¹	443.809	-
Deduções	(38.403)	-
Receita Líquida Ajustada¹	405.406	-

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Receitas de pedágio

As receitas de pedágio totalizaram R\$ 443,8 milhões no período de 23 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Receitas de construção

As receitas de construção acompanham os investimentos realizados em serviços de restauração, instalação e recuperação da infraestrutura. É uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de custo dos serviços de construção, eliminando seu efeito no resultado.

CUSTOS E DESPESAS

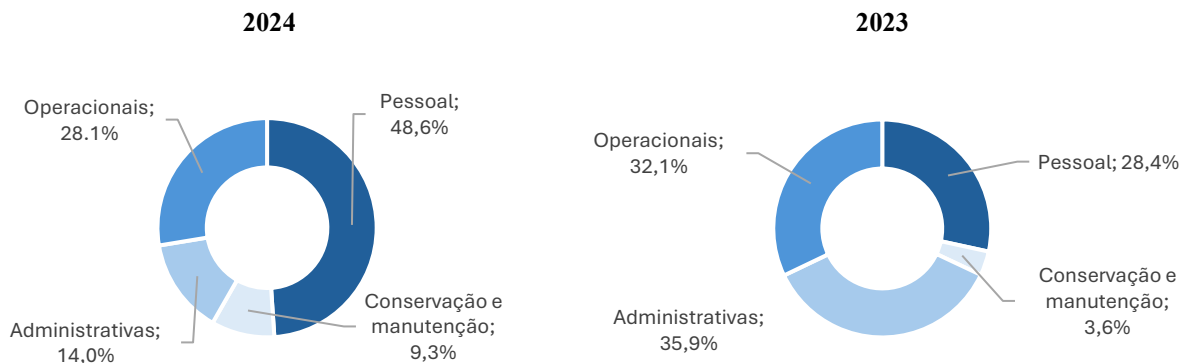
R\$ mil	2024	2023
Com pessoal	(63.885)	(1.494)
Serviços de terceiros	(29.987)	(1.076)
Conservação e Manutenção	(12.188)	(189)
Consumo	(2.714)	(29)
Transportes	(3.875)	(6)
Seguros / Garantias	(4.630)	(393)
Comunicação e marketing	(769)	(38)
Publicações legais	(84)	(21)
Contingências	(8)	-
Outras despesas operacionais	(1.889)	(2)
Outras despesas diversas	(11.468)	(2.009)
Custos e Despesas Administráveis	(131.497)	(5.257)
Verba de fiscalização	(11.132)	-
Retenção contratual	(13.243)	-
Depreciação e amortização	(34.616)	-
Custos e Despesas Operacionais Ajustados ¹	(190.488)	(5.257)
Custos de serviços da construção	(386.069)	(28.837)
Provisão de manutenção	(240.537)	-
Custos e Despesas Operacionais	(817.094)	(34.094)

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção e Provisão para Manutenção

Os custos e despesas operacionais em 2024 foram de R\$ 817,1 milhões frente a R\$ 34,1 de 2023, porém apesar de os valores absolutos apresentarem uma variação significativa, é essencial considerar que inviabiliza a comparação direta entre os totais absolutos uma vez que os períodos têm quantidade de meses e operacionalização distintos.

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico abaixo demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e MARGEM EBITDA

R\$ mil	2024	2023
Resultado Líquido	37.805	(3.799)
(+) Depreciação e Amortização	34.616	-
(+) Resultado Financeiro	(82.514)	(445)
(+) IR e CSLL	19.231	(1.013)
EBITDA¹	9.138	(5.257)
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>2,3%</i>	-
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	240.537	-
EBITDA Ajustado³	249.675	(5.257)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>61,6%</i>	-

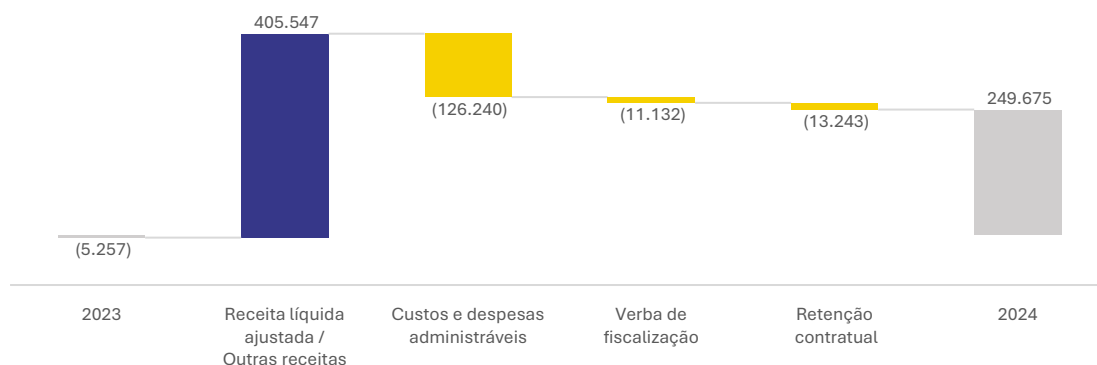
1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas e Custos de Construção.

3: Desconsidera os impactos relativos a provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01)

No exercício de 2024, a Companhia apresentou o EBITDA Ajustado de R\$ 249,7 milhões, com uma margem de 61,6%, evidenciando a eficiência da operação. No exercício de 2023, devido ser período pré-operacional, não ocorreram receitas oriundas de recebimento de pedágio, não sendo aplicável p cálculo de margem.

Varição do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	61.022	1.227
Encargos Financeiros - ajuste a valor presente	26.159	-
Outras receitas	20	-
Receitas Financeiras	87.201	1.227
Encargos financeiros	-	(585)
Encargos Financeiros - ajuste a valor presente	(1.093)	-
Tributos s/receitas financeiras	(2.839)	-
Outros	(755)	(197)
Despesas Financeiras	(4.687)	(782)
Resultado Financeiro	82.514	445

No exercício de 2024, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R\$ 82,5 milhões. Excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro líquido com efeito caixa representa foi de uma receita de R\$ 57,4

milhões. Em relação ao exercício de 2023, a despesa financeira de encargos é decorrente aos juros do financiamento liquidado no próprio exercício, adicionado aos rendimentos de aplicações e outras despesas o resultado líquido com efeito caixa foi de R\$ 445 mil.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

R\$ mil	2024	2023
Corrente	(93.596)	-
Diferido	74.365	1.013
IR e CS	(19.231)	1.013

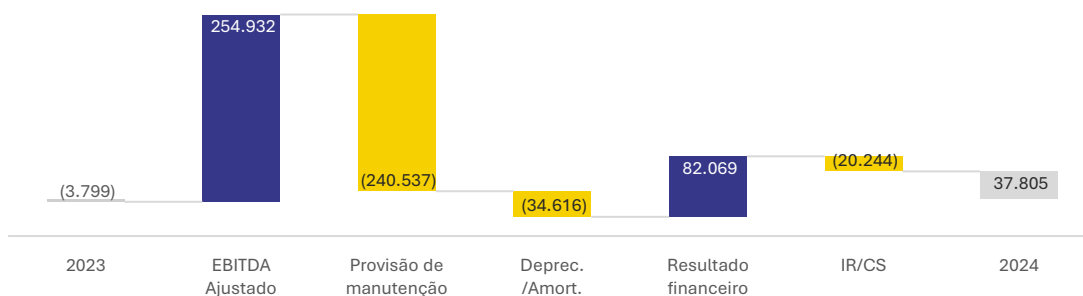
O imposto de renda e contribuição social corrente apurado no exercício de 2024 foi de R\$ 93,6 milhões, em 2023 a Companhia não teve base de cálculo para apuração por ter apresentado prejuízo. O imposto de renda e contribuição social diferido foi de R\$ 74,4 milhões em 2024 e R\$ 1 milhão em 2023.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ mil	2024	2023
Resultado do exercício	37.805	(3.799)

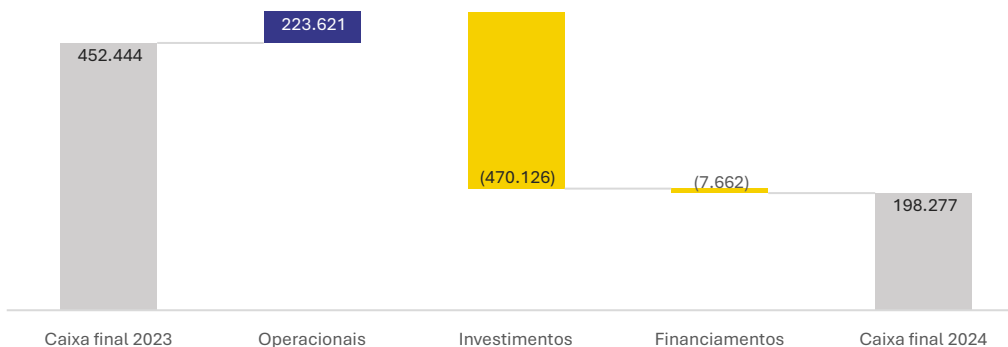
A Via Araucária apresentou um lucro líquido de R\$ 37,8 milhões em 2024, o resultado de 2023 foi prejuízo líquido de R\$ 3,8 milhões período em que a Companhia estava em fase pré-operacional sem constituição de receita.

Variação do resultado



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R\$ 198,3 milhões, classificados como recursos de alta liquidez.



A Companhia detém de aplicações financeiras que estão sujeitas às remunerações do Certificado de Depósito de Interbancário – CDI, que serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão, e em 2024 o saldo final foi de R\$ 290 milhões (R\$ 204,6 milhões em 31 de dezembro de 2023).

O saldo final de conta corrente restrita da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 40 milhões (R\$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2023), que se refere ao aporte contratual obrigatório, as retenções contratuais sobre toda receita adicionado ao rendimento desta conta, essas operações são realizadas em conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da conta, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato.

RECURSOS VINCULADOS

A **Conta Centralizadora** e as **Contas da Concessão** (Conta de Ajuste e Conta de Retenção) são de titularidade da Concessionária e movimentadas exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme previsto no contrato de administração do Mecanismo de Contas. Todos os encargos e taxas relacionados à contratação do Banco Depositário são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

Em conformidade com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão firmado entre a Companhia e a ANTT, todos os recursos provenientes da Remuneração do Sistema Rodoviário são depositados diretamente na Conta Centralizadora. Com isso definido, 3% da receita bruta recebida na Conta Centralizadora é direcionada às Contas da Concessão, sob gestão exclusiva do Banco Depositário, nos termos do contrato do Mecanismo de Contas.

Essa estrutura opera sem qualquer intercorrência e assegura total transparência, garantindo o cumprimento rigoroso das normas contratuais e regulatórias aplicáveis ao Mecanismo de Contas.

INVESTIMENTOS

Alinhado ao contrato de concessão neste primeiro ano a Via Araucária cumpriu aos compromissos de trabalhos iniciais de recuperação em pavimento, terraplenos e contenções, sinalizações verticais e horizontais, iluminação, equipamentos de proteção e seguranças, drenagens e recuperações de OAEs, totalizando um investimento de R\$ 388,9 milhões no exercício de 2024. No exercício de 2023 o investimento foi de R\$ 28,8 milhões em atendimento as implementações iniciais para inicialização da operação.

R\$ mil	2024	2023
Investimentos	388.931	28.837

ENDIVIDAMENTO

No encerramento de 2024 e 2023, a Companhia não apresentou saldo residual de endividamento.

A Companhia, recebeu no exercício de 2023, um total de R\$ 30 milhões oriundos de recursos captados através da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais. Foram emitidas em 08 de novembro de 2023, em série única, remunerada pelo CDI + 3,30% a.a., com vencimento final em 08 de janeiro de 2024. De forma deliberada, em 28 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o pagamento da Notas Comerciais Escriturais.

ANEXOS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	2024	2023
Receita operacional líquida	791.475	28.837
Custos dos serviços prestados	(768.281)	(32.206)
RESULTADO BRUTO	23.194	(3.369)
Despesas administrativas e gerais	(48.813)	(1.888)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	141	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(25.478)	(5.257)
Receitas financeiras	87.201	1.227
Despesas financeiras	(4.687)	(782)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	57.036	(4.812)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(93.596)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.365	1.013
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.805	(3.799)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ mil)	2024	2023	Passivo (R\$ mil)	2024	2023
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	198.277	452.444	Fornecedores	36.754	17.427
Aplicações financeiras	289.955	204.560	Arrendamento mercantil a pagar	3.588	-
Contas a receber	30.738	-	Obrigações sociais	10.575	698
Contas a receber - partes relacionadas	348	24.273	Obrigações fiscais	7.544	1.141
Estoques	6.973	-	IR e CS sobre lucros a pagar	22.080	-
Impostos a recuperar	3.319	856	Contas a pagar - partes relacionadas	878	306
Despesas antecipadas	152	4.546	Taxa de fiscalização	1.109	-
Adiantamentos a fornecedor	576	11	Credores pela concessão	41.252	-
Outros créditos	16	-	Provisão para manutenção em rodovias	81.553	-
TOTAL DO CIRCULANTE	530.354	686.690	Outras contas a pagar	174	-
			Dividendos obrigatórios	323	-
NÃO CIRCULANTE			TOTAL DO CIRCULANTE	205.830	19.572
Conta corrente restrita	40.007	28.577			
Despesas antecipadas	13	6	NÃO CIRCULANTE		
Depósitos judiciais	10	0	Arrendamento mercantil a pagar	4.483	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.378	1.013	Provisão para manutenção em rodovias	132.825	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	115.408	29.596	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	137.308	-
Direito de uso	7.155	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	34.709	-	Capital social	735.074	735.074
Intangível em operação	412.877	-	Reservas de lucros	33.683	-
Infraestrutura em construção	11.392	34.561	Prejuízo acumulado	-	(3.799)
	466.133	34.561	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	768.757	731.275
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	581.541	64.157			
TOTAL DO ATIVO	1.111.895	750.847	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.111.895	750.847

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2025.

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

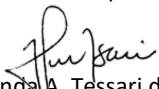
independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	198.277	452.444	Fornecedores	14	36.754	17.427
Aplicações financeiras	4.c	289.955	204.560	Arrendamento mercantil a pagar	17	3.588	-
Contas a receber	5	30.738	-	Obrigações sociais		10.575	698
Outras contas a receber - partes relacionadas	13	348	24.273	Obrigações fiscais		7.544	1.141
Estoque	8	6.973	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	22.080	-
Impostos a recuperar	6	3.319	856	Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	878	306
Despesas antecipadas	7	152	4.546	Taxa de fiscalização	15.a	1.109	-
Adiantamentos a fornecedor		576	11	Credores pela concessão	15.b	41.252	-
Outros créditos		16	-	Provisão de manutenção	18	81.553	-
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTE		530.354	686.690	Outras contas a pagar		174	-
				Dividendos obrigatórios	13/20.c	323	-
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTE		205.830	19.572
Despesas antecipadas	7	13	6	NÃO CIRCULANTE			
Conta corrente restrita	4.b	40.007	28.577	Arrendamento mercantil a pagar	17	4.483	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	75.378	1.013	Provisão de manutenção	18	132.825	-
Depósito judicial		10	-	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTE		137.308	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		115.408	29.596	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20.a	735.074	735.074
Direito de uso	10	7.155	-	Reserva de lucros		33.683	-
Imobilizado	11	34.709	-	Prejuízo acumulado		-	(3.799)
Intangível em operação	12	412.877	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		768.757	731.275
Infraestrutura em construção	12	11.392	34.561				
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTE		581.541	64.157				
TOTAL DOS ATIVOS		1.111.895	750.847	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.111.895	750.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	21	791.475	28.837
Custo dos serviços prestados	22	(768.281)	(32.206)
RESULTADO BRUTO		23.194	(3.369)
Gerais e administrativas	22	(48.813)	(1.888)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		141	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(25.478)	(5.257)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	87.201	1.227
Despesas financeiras	23	(4.687)	(782)
		82.514	445
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		57.036	(4.812)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9.a	(93.596)	-
Diferidos	9.a	74.365	1.013
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.805	(3.799)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)		0,0476	(0,0052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	37.805	(3.799)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>37.805</u>	<u>(3.799)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	37.805	(3.799)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>37.805</u>	<u>(3.799)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social Subscrito	Reservas legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (não auditado)		-	-	-	-	-
Aumento de capital	20.a	735.074	-	-	-	735.074
Resultado do exercício		-	-	-	(3.799)	(3.799)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		735.074	-	-	(3.799)	731.275
Resultado do exercício		-	-	-	37.805	37.805
Constituição de reserva legal	20.b	-	1.700	-	(1.700)	-
Dividendos	20.c	-	-	-	(323)	(323)
Retenção de lucros		-	-	31.983	(31.983)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		735.074	1.700	31.983	-	768.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		37.805	(3.799)
Ajustes para conciliar o resultado líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	22	34.616	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(74.365)	(1.013)
Receita com aplicações financeiras		-	(382)
Juros e variações monetárias de empréstimos	19	-	585
Receitas financeira dos ajustes a valor presente s/provisão de manutenção	18	(26.159)	-
Despesa financeira - juros arrendamento mercantil	17	1.093	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		8	-
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	18	240.537	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(30.738)	-
Contas a receber - partes relacionadas		23.925	(208)
Estoques		(6.973)	-
Despesas antecipadas		4.387	(4.552)
Impostos a recuperar		(2.463)	(856)
Outros créditos		(16)	-
Depósitos judiciais		(10)	-
Adiantamentos a fornecedores		(565)	(11)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.422	4.818
Fornecedores - partes relacionadas		572	306
Obrigações sociais		9.877	698
Obrigações fiscais		90.760	49
Credores pela concessão	15.b	41.252	-
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(8)	-
Taxa de Fiscalização	15.a	1.109	-
Outras contas a pagar		174	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	19	-	(585)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(217)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(61.598)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		284.425	(4.950)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Conta corrente restrita		(11.430)	(28.577)
Aplicação financeira		(85.395)	(204.178)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	11	(35.896)	(20.860)
Aquisições de itens do intangível e infraestrutura em construção		(398.427)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(531.148)	(253.615)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento arrendamento mercantil	17	(7.444)	-
Captações de empréstimos	19	-	30.000
Pagamento empréstimos – principal	19	-	(30.000)
Aumento de capital			711.009
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento		(7.444)	711.009
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(254.167)	452.444
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		452.444	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		198.277	452.444
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) NO SALDO DE EQUIVALENTES DE CAIXA		254.167	(452.444)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS		830.019	28.837
Prestação de serviços	21	443.809	-
Outras receitas		141	-
Receita dos serviços de construção	21	386.069	28.837
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(718.032)	(32.601)
Custo de construção	22	(386.069)	(1.079)
Custo dos serviços prestados		(21.923)	(28.837)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(28.647)	(260)
Credor pela concessão		(29.005)	(393)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(240.537)	-
Outros		(11.851)	(2.032)
VALOR ADICIONADO BRUTO		111.987	(3.764)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	22	(34.616)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		77.371	(3.764)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		87.201	1.227
Receitas financeiras	23	87.201	1.227
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		164.572	(2.537)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		164.572	(2.537)
Pessoal e encargos:		63.884	1.493
Remuneração direta		52.165	1.333
Benefícios		9.331	104
FGTS		2.388	56
Impostos, taxas e contribuições:		60.765	(920)
Federais		38.532	(92)
Estaduais		12	-
Municipais		22.221	-
Remuneração de capitais de terceiros:		2.118	689
Juros		-	585
Aluguéis		519	-
Outras		1.599	104
Resultado do exercício		37.805	(3.799)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de julho de 2022, domiciliada no município de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Sete de Setembro, 4476 com objeto social de operação e exploração de rodovia.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 30 anos iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

Para a oferta de lance no leilão, a Companhia apresentou a Proposta Econômica Escrita, quanto ao desconto sobre a tarifa básica de pedágio, o valor percentual de 18,25% (18,25 por cento) e conforme definido no Edital nº 1/2023, desembolsou no dia 26 de dezembro de 2023, a título de recursos vinculados adicionais na Conta de Aporte, o valor de R\$25.000 correspondente a cada 1% (um por cento) de desconto sobre a tarifa básica de pedágio apresentado no lance, para garantir as obras previstas no edital, como condição para a assinatura do Contrato.

Diante do contexto indicado acima, em que a Companhia tornou-se vencedora do leilão destinado a escolher o concessionário do Lote 01 das Rodovias do Paraná, solicitou-se a ANTT a autorização para realização de intervenções iniciais no Sistema Rodoviário a partir do dia 15 de outubro de 2023. O pedido considerou o disposto no item 16.4 do Edital de Concessão nº 01/2023. A medida requerida foi conduzida de forma paralela ao atendimento de todas as condições para assinatura do contrato e início da operação. No documento protocolado na ANTT, consignou-se o compromisso da Companhia em buscar, a partir do primeiro de dia de operação, o atendimento ao máximo dos serviços operacionais contidos no PER (Programa de exploração de rodovia), cumprindo com os respectivos índices de desempenho e os requisitos necessários para abertura das Praças de Pedágio.

Em 26 de dezembro de 2023, de acordo com o ofício SEI nº 42779/2023/COED1-2023/SUCON/DIR-ANTT protocolado em 06 de outubro de 2023, a ANTT procedeu com a autorização para início dos serviços pré-operacionais no sistema rodoviária a partir do dia 15 de outubro de 2023. Ainda, o documento publicado pela ANTT indicou que a antecipação das intervenções requeridas vai ao encontro do interesse público, na medida em que permitirão a realização de serviços essenciais ao início da prestação do serviço público no ambiente da concessão, antecipando benefícios a serem fruídos pelos usuários no estado do Paraná. Dentre os serviços pré-operacionais, autorizou-se:

- Implantação do sistema de comunicação operacional para que o Centro de Controle Operacional – CCO e todos os recursos operacionais possam trabalhar de forma segura e eficiente os serviços a serem prestados aos usuários;
- Reforma das Base de Serviços Operacionais – BSOs;
- Reforma e instalação dos painéis de monitoramento de algumas câmeras a serem distribuídas nos pontos críticos da rodovia dentro do CCO de Irati;
- Reforma e instalação do Centro de Controle de arrecadação para monitoramento e operação remota das praças de pedágio em Irati;
- Reforma de praças de pedágio e instalação dos sistemas de arrecadação.

Em 27 de janeiro de 2024, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte “DNIT”, a Agência Nacional de Transportes Terrestres “ANTT” e a Companhia, celebraram a assunção do sistema rodoviário mediante a assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência dos Bens atualmente utilizados para a operação e manutenção do Sistema Rodoviário.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia e a ANTT assinaram o contrato de concessão e conforme Deliberação nº 66 de 11 de março de 2024 a Diretoria Colegiada da ANTT, no uso de suas atribuições, autorizou o início da cobrança de pedágio nas praças, a partir da zero hora de 23 de março de 2024. A cobrança das tarifas foi autorizada após a restauração das estruturas prediais, instalação de novas bases de atendimento ao usuário, início dos serviços de suporte médico e mecânico, recuperação da infraestrutura de tecnologia da informação e vistoria realizada pela ANTT.

1.1. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 30 de janeiro de 2024, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR, que foram adequadas para a operação de cobrança a partir de 23 de março de 2024.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 344 km de duplicação de rodovia
- 215 km de faixas adicionais
- 32 km de vias marginais
- 27 km de ciclovias
- 63 interseções
- 20 correções de traçado
- 12 passarelas
- 92 melhorias de acesso
- 3 km de barreira antirruído
- 14 passagens de fauna
- 31 caixa de produtos perigosos

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a tarifa de pedágio terá o seu primeiro cálculo contratual para fins de início da cobrança de pedágio, sendo considerada a Tarifa Básica de Pedágio reajustada monetariamente por meio do índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio (IRT). A primeira revisão ordinária da tarifa de pedágio ocorrerá seis meses após o fim do primeiro ano de concessão.

Extinta a Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato. No caso de bens arrendados ou locados pela Concessionária, necessários para a operação e manutenção do Sistema Rodoviário, a Operadora Futura poderá, a seu exclusivo critério, suceder a Concessionária nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais compromissos firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) A Companhia deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Companhia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Companhia assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Companhia assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Companhia assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O Estatuto Social da Companhia prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 28 de fevereiro de 2026.

(h) A Companhia deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

O contrato de concessão da Via Araucária estima investimento de R\$9 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados para melhorias na infraestrutura, recuperações e manutenções, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

A informação sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício está relacionada ao seguinte aspecto:

- (a) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº18.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

- (b) Imposto diferido – nota explicativa nº 9

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (IFRIC 12), quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 21.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituição nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 18. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS *Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Aplicações financeiras

Incluem os montantes de aplicações financeiras sem conversibilidade imediata em caixa. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das rodovias objeto do contrato de concessão e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

(iii) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o resultado líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

(v) Intangível e infraestrutura em construção

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão (refere-se a data que a infraestrutura encontra-se disponível para uso), conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

(vi) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(vii) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(viii) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(ix) Provisão para riscos processuais

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não há em 31 de dezembro de 2024 e 2023 provisões de riscos processuais de prognósticos provável e possível.

(x) Credor pela concessão

Representa os valores da Companhia a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(xi) Provisão de manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,84% ao ano em 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(xii) Arrendamento Mercantil – CPC 06 ((R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(xiii) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xiv) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(xv) Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização seguindo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

(c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, e passivos e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(xvi) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(xvii) Benefícios a empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xviii) Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CONTA CORRENTE RESTRITA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa e contas bancárias	3.814	5
Aplicações financeiras	194.463	452.439
Total	<u>198.277</u>	<u>452.444</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 98% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

B. CONTA CORRENTE RESTRITA

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Conta corrente restrita	40.007	28.577
Total	<u>40.007</u>	<u>28.577</u>

Conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, correspondente aos Recursos Vinculados decorrentes do lance vencedor do leilão, sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para a movimentação da Conta de Aporte, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

C. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Aplicações financeiras	289.955	204.560
Total	<u>289.955</u>	<u>204.560</u>

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 98% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (98% a.a. em 31 de dezembro de 2023), e serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Pedágio eletrônico a receber	29.376	-
Vale pedágio a receber	1.037	-
Outras arrecadações de pedágio	325	-
Total	<u>30.738</u>	<u>-</u>

O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 25.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.100	856
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8	-
Total	<u>3.108</u>	<u>856</u>
Programa de integração social - PIS	1	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	12	-
Outros	194	-
Total	<u>211</u>	<u>-</u>
Total geral	<u>3.319</u>	<u>856</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representados por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prêmios de seguros a apropriar (a)	163	4.552
Outras despesas antecipadas a apropriar	2	-
Total	<u>165</u>	<u>4.552</u>
Circulante	152	4.546
Não circulante	13	6
Total	<u>165</u>	<u>4.552</u>

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.

8. ESTOQUE

Estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
Material para Pavimentação	114	-
Elementos de Proteção e Segurança	1.630	-
Material de Sinalização	3.808	-
Outros	1.421	-
Total	6.973	-

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	57.036	(4.812)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	(19.392)	1.636
Adições e exclusões permanentes, líquidas	161	(623)
Total imposto apurado	(19.231)	1.013
Imposto de renda e contribuição social correntes	(93.596)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.365	1.013
	(19.231)	1.013
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(21%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	-	2.686
Provisão de participação nos lucros	5.891	254
Outras provisões	515	41
Provisão para manutenção de rodovias	214.378	-
Arrendamentos	916	-
Base de cálculo diferenças temporárias	221.700	2.981
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	75.378	1.013
Não circulante	75.378	1.013
	75.378	1.013

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, compensado nos resultados tributáveis.

Movimentos de resultados estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.686)	2.686
Provisão de participação nos lucros	5.637	254
Outras provisões	475	41
Provisão para manutenção de rodovias	214.378	-
Arrendamentos	916	-
Base de cálculo diferenças temporárias	218.720	2.981
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	<u>74.365</u>	<u>1.013</u>

10. DIREITO DE USO

A movimentação é como segue:

	Vida útil média em anos	31.12.2023	Adições	Remensuração	31.12.2024
<u>Custo</u>					
Veículos (a)	4	-	5.426	5	5.431
Imóveis	4	-	2.761	(941)	1.820
Máquinas e equipamentos (b)	1	-	4.198	-	4.198
Guinchos	1	-	3.885	-	3.885
Outros (c)	1	-	181	-	181
Total custo		-	<u>16.451</u>	<u>(936)</u>	<u>15.515</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Veículos		-	(1.116)	-	(1.116)
Imóveis		-	(343)	-	(343)
Máquinas e equipamentos		-	(3.498)	-	(3.498)
Guinchos		-	(3.237)	-	(3.237)
Outros		-	(166)	-	(166)
Total amortização acumulada		-	<u>(8.360)</u>	<u>-</u>	<u>(8.360)</u>
Direito de uso líquido		<u>-</u>	<u>8.091</u>	<u>(936)</u>	<u>7.155</u>

(a) Refere-se à locação de veículos administrativos e veículos relacionados a operação da rodovia.

(b) Refere-se à locação de máquinas relacionadas a conservação de rodovias.

(c) Refere-se à locação de containers.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Taxas de amortização - a.a.	31.12.2023	Adições	Transferências (*)	31.12.2024
<u>Custo</u>					
Móveis e utensílios		-	68	-	68
Computadores e periféricos		-	973	1.897	2.870
Veículos		-	14.732	511	15.243
Máquinas e equipamentos		-	19.363	-	19.363
Outras imobilizações		-	760	-	760
Total custo		-	35.896	2.408	38.304
<u>Depreciação acumulada</u>					
Móveis e utensílios	10%	-	(3)	-	(3)
Computadores e periféricos	20%	-	(437)	-	(437)
Veículos	20%	-	(1.631)	-	(1.631)
Máquinas e equipamentos	10%	-	(1.471)	-	(1.471)
Outras imobilizações	20%	-	(53)	-	(53)
Total amortização acumulada		-	(3.595)	-	(3.595)
Imobilizado líquido		-	32.301	2.408	34.709

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para o imobilizado.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais.

12. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Taxas de amortização - a.a.	31.12.2023	Adições	Transferências (*)	31.12.2024
<u>Custo</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços		-	203.138	200.961	404.099
Direito de outorga da concessão (***)		-	28.577	-	28.577
Software		-	2.600	262	2.862
Total custo		-	234.315	201.223	435.538
<u>Amortização acumulada</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços	(**)	-	(21.823)	-	(21.823)
Direito de outorga da concessão		-	(796)	-	(796)
Software	20%	-	(42)	-	(42)
Total amortização acumulada		-	(22.661)	-	(22.661)
Intangível em operação		-	211.654	201.223	412.877
Adiantamento a fornecedores (a)		5.724	110.791	(115.930)	585
Infraestrutura em construção (b)		28.837	69.671	(87.701)	10.807
Infraestrutura em construção		34.561	180.462	(203.631)	11.392
Intangível líquido		34.561	392.116	(2.408)	424.269

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(*) O saldo refere-se à transferência de infraestrutura em construção para o intangível e reclassificação de intangível para imobilizado, em função do início da operação da concessão.

(**) Prazo remanescente da concessão, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.v.

(***) Recursos referente a direito de outorga pago conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional.

(a) Refere-se a adiantamentos a fornecedores por serviços nas rodovias.

(b) Refere-se a serviços de projetos e estudos para a expansão nas rodovias, conforme previsto no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

13. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A.(b)	-	24.065
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	215	208
IBH I Serviços e Participações S.A.(a)	18	-
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.(a)	115	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>348</u>	<u>24.273</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	65	280
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (a)	1	-
IBH I Serviços e Participações S.A.(a)	812	4
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.(a)	-	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.(a)	-	17
Contas a pagar de partes relacionadas circulante	<u>878</u>	<u>306</u>
Dividendos a pagar:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A.(c)	<u>323</u>	-
Total dos dividendos a pagar	<u>323</u>	-
Total parte relacionada no passivo circulante	<u>1.201</u>	<u>306</u>

(a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.a., que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Refere-se ao compromisso assumido e cumprido pelos acionistas de entregar caixa no montante de R\$ 24.065 atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição.

(c) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa nº 20.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. FORNECEDORES

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Fornecedores nacionais	27.169	12.126
Fornecedores provisão (a)	9.585	5.301
Total fornecedores circulante	<u>36.754</u>	<u>17.427</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no passivo circulante de R\$36.754 (R\$17.427 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência de sua emissão.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO E TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ônus fixo e/ou ônus variável ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado.

Os compromissos financeiros firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Taxa de fiscalização

Ao longo de todo o prazo de concessão deve ser recolhido à ANTT, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago de verba de fiscalização foi de R\$10.023 e o saldo no passivo circulante é de R\$1.109 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Credor pela concessão

Correspondente a retenção de 3% (três por cento) da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento) em razão da aplicação do Mecanismo de Proteção Cambial, na forma prevista no contrato.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante do compromisso é R\$41.252 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Estão representados por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de renda – IRPJ	14.885	-
Contribuição social – CSLL	7.195	-
	<u>22.080</u>	<u>-</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	107	154
Programa de integração social – PIS	362	7
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.718	42
Tributos federais retidos	1.466	688
Total impostos federais	<u>3.653</u>	<u>891</u>
	<u>3.891</u>	<u>250</u>
Impostos sobre serviços – ISS	3.891	250
Total impostos municipais	<u>3.891</u>	<u>250</u>
	<u>7.544</u>	<u>1.141</u>
Total impostos federais e municipais	<u>7.544</u>	<u>1.141</u>

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	-	-
Adições	16.451	-
Remensuração	(936)	-
Juros provisionados	1.093	-
Pagamento de principal (*)	(7.444)	-
Pagamento de juros (*)	(1.093)	-
Saldo final	<u>8.071</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	3.588	-
Passivo não circulante	4.483	-

(*) Do montante total de utilização, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$7.444 (efeito caixa).

18. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão de manutenção com o objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente, considerando os valores da próxima intervenção no ciclo de 5 anos.

A composição dos saldos da provisão de manutenção em 31 de dezembro 2024 é como segue:

	31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	80.262	160.275	240.537
Ajuste a valor presente	1.291	(27.450)	(26.159)
Saldo final	<u>81.553</u>	<u>132.825</u>	<u>214.378</u>

19. FINANCIAMENTOS

1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais

Em 08 de novembro de 2023, foi realizado a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, captadas junto ao Banco ABC Brasil S.A., com vencimento final em 08 de janeiro de 2024. O montante total da emissão foi de R\$30.000, com taxa contratual CDI + 3,30% a.a., correspondentes a 30.000 Notas Comerciais Escriturais com valor nominal unitário de R\$1, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda ou colocação perante o credor ou intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição, razão pela qual fica dispensada o registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. As Notas Comerciais Escriturais foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal unitário.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o pagamento da Notas Comerciais Escriturais, de forma deliberada.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação está representada a seguir:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Captações	-	-	-	30.000	-	30.000
Juros provisionados	-	-	-	585	-	585
Amortização de principal	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Pagamento de juros	-	-	-	(585)	-	(585)
Saldo final	-	-	-	-	-	-

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$735.074 (R\$735.074 em 31 de dezembro de 2023), compostos por 735.074.410 ações ordinárias e sem valor nominal (735.074.410 em 31 de dezembro de 2023), integralmente subscritas e integralizadas.

Em 12 de janeiro de 2024 ocorreu o pagamento do boletim de subscrição a título de integralização de capital social de R\$24.065.

b) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o montante de R\$.1.700 a título de reserva legal, correspondendo 5% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2024, foi destinado o montante de R\$323 a título de dividendos mínimo obrigatório, correspondendo a 1% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal. A Companhia, no exercício de 2024 não utilizou da distribuição de juros sobre o capital próprio estabelecida no Estatuto Social.

21. RECEITAS

Estão representadas por:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de pedágio	443.809	-
Receita de serviços de construção (a)	386.069	28.837
Receita bruta	829.878	28.837
Deduções	(38.403)	-
Receita líquida	791.475	28.837

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
Com pessoal	(63.885)	(1.494)
Comunicação e marketing	(769)	(38)
Conservação e Manutenção	(12.188)	(189)
Consumo	(2.714)	(29)
Custos de serviços da construção	(386.069)	(28.837)
Depreciação / Amortização	(34.616)	-
Manutenção de bens e conservação	(1.889)	(2)
Ônus variável	(13.243)	-
Provisão de manutenção em rodovias	(240.537)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8)	-
Publicações legais	(84)	(21)
Seguros / Garantias	(4.630)	(393)
Serviços de terceiros	(29.987)	(1.076)
Transportes	(3.875)	(6)
Verba de fiscalização	(11.132)	-
Outros	(11.468)	(2.009)
Total	<u>(817.094)</u>	<u>(34.094)</u>
Custo dos serviços prestados	(768.281)	(32.206)
Despesas gerais e administrativas	(48.813)	(1.888)
Total	<u><u>(817.094)</u></u>	<u><u>(34.094)</u></u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita financeira:		
Aplicações financeiras	61.022	1.227
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	26.159	-
Outras receitas	20	-
Total receita financeira	<u>87.201</u>	<u>1.227</u>
Despesa financeira:		
Encargos financeiros	-	(585)
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	(1.093)	-
Tributos s/receitas financeiras	(2.839)	-
Outras despesas	(755)	(197)
Total despesa financeira	<u>(4.687)</u>	<u>(782)</u>
Total resultado financeiro	<u><u>82.514</u></u>	<u><u>445</u></u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Resultado do exercício	37.805	(3.799)
Número de ações durante o período (*)	<u>735.074</u>	<u>284.667</u>
Resultado por ação	<u>0,05</u>	<u>(0,01)</u>
(*) em milhares		

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, corresponde ao saldo contábil líquido apresentado na nota explicativa nº 3. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028	2029
Fornecedores	-	36.754	36.754	36.754	-	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	11,09%	8.071	8.828	3.619	2.109	2.095	703	302
Contas a pagar - partes relacionadas	-	878	878	878	-	-	-	-
Credores pela concessão	-	41.252	41.252	41.252	-	-	-	-
		<u>86.955</u>	<u>87.712</u>	<u>82.503</u>	<u>2.109</u>	<u>2.095</u>	<u>703</u>	<u>302</u>

d) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
CDI ativo (% a.a.)	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%	7,33%

O indicador utilizado para 2024 foi obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 27/12/2024.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	484.418	CDI	14,65%	70.967	88.709	106.451	53.225	35.484
Total	484.418			70.967	88.709	106.451	53.225	35.484
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					17.742	35.484	(17.742)	(35.484)

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2024	31.12.2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	- (i)	198.277	452.444
Aplicações financeira	- (i)	289.955	204.560
Conta corrente restrita	- (i)	40.007	28.577
Contas a receber clientes	- (i)	30.738	-
Contas a receber - partes relacionadas	- (i)	348	24.273
Outros Créditos	- (i)	16	-
Depósitos judiciais	- (i)	10	-
Total do ativo		559.351	709.854
Passivo			
Contas a pagar - partes relacionadas	- (ii)	878	306
Fornecedores	- (ii)	36.754	17.427
Taxa de fiscalização	- (ii)	1.109	-
Credores pela concessão	- (ii)	41.252	-
Outras contas a pagar	- (ii)	174	-
Arrendamento mercantil a pagar	- (ii)	8.071	-
Total do passivo		88.238	17.733

(i) custo amortizado

(ii) outros passivos financeiros

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas se aproximam do valor justo na data do balanço patrimonial.

26. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Seguro garantia (a)	485.006	até junho de 2026
Risco de engenharia (b)	260.000	até agosto de 2026
Responsabilidade civil geral (c)	40.000	até julho de 2025

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As aquisições de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas a seguir:

<u>Saldos a pagar no fim do período sem efeito caixa</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Intangível e infraestrutura em construção		
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fornecedores	29.638	12.609
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fiscais	413	1.092
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>30.051</u>	<u>13.701</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

* * *

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor financeiro

Contador
Daniel Lavorini
CRC 1SP241985/O-5